



# **A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional**

**Carolina Freddo Fleck<sup>1</sup>**

## **Resumo**

Este ensaio tem como objetivo principal apresentar a construção de um modelo teórico que poderá ser utilizado como base de resposta ao questionamento sobre o papel da universidade no contexto do desenvolvimento regional. O ensaio pretende apresentar um modelo teórico de inserção desenvolvimentista e estruturante das universidades nas economias regionais à luz dos teóricos do antigo institucionalismo econômico, procurando demonstrar que as Instituições de Ensino Superior - IES constituem-se como fontes formadoras de subsídios para o desenvolvimento regional, a partir da participação de indivíduos como agentes transformadores, dentro do contexto da tríade ensino-pesquisa-extensão. Para tal serão apresentados a seguir os principais elementos de construção deste modelo, seguidos de dois tópicos de revisão das teorias que o sustentam – desenvolvimento regional e teoria institucional. Por fim, as considerações finais apresentarão uma avaliação crítica sobre o modelo teórico proposto.

**Palavras-chave:** Universidade; Tríade; Desenvolvimento Regional

---

*Recebimento: 22/9/2010 • Aceite: 5/2/2011*

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Profa. Assistente da Universidade Federal do Pampa – Rio Grande do Sul - Brasil End: Rua Barão do Triunfo, 1048 – Centro – Sant’Ana do Livramento – RS – Brasil. E-mail: carolina.fleck@gmail.com

## **The triad of teaching and research-extension and the vectors for regional development**

### **Abstract**

This essay aims to present the main construction of a theoretical model that can be used as a basis for responding to questions about the role of the university in the context of regional development. The essay intends to present a theoretical model of developmental and structural integration of universities in regional economies in light of the economic theorists of the old institutionalism, seeking to demonstrate that the Higher Education Institutions - HEI are forming as sources of subsidies for regional development, from the participation of individuals as agents of change within the context of the triad teaching-research-extension. This will be displayed below the main building elements of this model, followed by two review topics of the theories that support it - regional development and institutional theory. Finally, the concluding remarks present a critical assessment of the theoretical model.

**Keywords:** University; Triad; Regional Development

## Introdução

A questão desenvolvimento, e mais especificamente o desenvolvimento regional, ganha espaço constante nas discussões atuais e nos apontamentos das políticas públicas sobre as ações a serem evidenciadas. Entre elas, pode-se destacar a prioridade nas ações públicas em prol do desenvolvimento regional, como visto nos incentivos dados ao desenvolvimento do ensino superior pelo governo federal nestes últimos anos (PNDR, 2009). No entanto, o incentivo por meio de investimentos em Universidades já existentes e na criação de outras tem apresentado falhas de ordem institucional, as quais se contrapõem ao ponto mais crítico de sua intenção. As universidades instaladas para apoiar a proposta de desenvolvimento de regiões fundamentam-se em modelos tradicionais de implantação que acabam negligenciando as especificidades dos locais nos quais foram criadas.

Neste ensaio, apresenta-se a proposição de um modelo teórico que tem por base demonstrar o papel dos indivíduos na formação de competências territoriais da “instituição” universidade, e não da “estrutura” universidade, para o desenvolvimento regional. Entretanto, antes de tratar do papel das universidades como instituições fomentadoras do desenvolvimento regional, do seu papel como instituição e de sua função de fonte de subsídios para o sucesso de alguns vetores de desenvolvimento que podem ser consolidados a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão (proposição aqui sustentada), é necessária a solidificação de alguns argumentos teóricos, além da justificativa de onde se dá a aderência para sustentar a construção e apresentação do modelo teórico deste trabalho.

As teorias que consolidam o modelo partem, primeiramente, de uma reflexão crítica das teorias de desenvolvimento regional. Os modelos emergentes dessa teoria dão ênfase a um modelo desenvolvimentista baseado em ativos únicos e das circunstâncias da região, bem como o incentivo ao crescimento de indústrias baseadas em conhecimento. O melhor desempenho de uma região seja em termos econômicos, sociais ou humanos, somente resulta fortalecido naqueles territórios que contam com um sistema institucional evoluído e complexo. Sendo assim, torna-se necessária uma integração deste sistema institucional nos territórios, caracterizados por densas redes de relações, envolvendo empresas, instituições de ensino e de pesquisa, associações de empresários, sindicatos e governos locais, de forma a utilizar com maior eficiência os recursos disponíveis e melhorar assim sua complexidade (BARQUERO, 2002).

Destaca-se que a ótica influenciadora deste trabalho não perpassa todas as abordagens de desenvolvimento regional, já que diferentes vertentes teóricas poderiam ser abordadas. No entanto, as questões de competências e êxito territorial apresentadas por Veltz (*apud* DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004) são as que mais contribuem para a consolidação do que se pretende demonstrar, como pode ser visto no próximo tópico. A questão busca compreender como uma sociedade fortificada em termos de suas crenças e em instituições sólidas e ativas converge ao êxito territorial, a partir do desenvolvimento das competências territoriais.

Além de uma melhor compreensão do conceito de desenvolvimento e como este se dá em nível regional, é fundamental uma construção bem detalhada do conceito de instituições, como este se diferencia do conceito de organização e porque ele se justifica na concepção do papel fundamental das pessoas no fenômeno da participação das universidades no desenvolvimento regional.

Como existe uma relação entre questões de desenvolvimento e a economia institucional, tornou-se necessário desenvolver uma ampla revisão das teorias institucionalistas, dando especial atenção aos conceitos do Velho Institucionalismo (VEBLEN, 1898; COMMONS, 1931), os quais serviram de base para a construção deste ensaio. O conceito de instituição dos antigos institucionalistas, da escola econômica, vai ao encontro do conceito da Sociologia sobre instituição e consolida o papel central das pessoas/ indivíduos no desenvolvimento destas e de seu papel na sociedade que as cerca.

Além das teorias de desenvolvimento regional e institucional – fundamentais à construção do modelo – apresenta-se também uma breve explicação da construção das universidades, seguida da discussão de como se dá o papel das pessoas, por meio das universidades, no desenvolvimento regional, com a apresentação ilustrativa do modelo teórico e sua explicação de forma mais objetiva.

Este ensaio divide-se em cinco seções além da introdução: a primeira, que segue a introdução, traz os conceitos de desenvolvimento regional fundamentais à compreensão do modelo proposto. Na seção seguinte são apresentados os conceitos de instituição a partir de uma primeira análise da Economia Institucional e da relação entre Velho Institucionalismo e o conceito de Instituição da sociologia. Em seguida apresenta-se um tópico sobre as Universidades como Instituições e sua relação com o desenvolvimento regional. A seção subsequente apresenta a construção do modelo teórico e na última seção são feitas

algumas considerações finais apontando alguns indicativos da contribuição do modelo teórico para futuras pesquisas.

### **Desenvolvimento Regional**

Os estudos que abordam a questão do desenvolvimento permeiam as abordagens das ciências sociais aplicadas, humanas e da saúde, sempre de forma a identificar como se dá o funcionamento do processo de desenvolvimento a partir das formas como estes desencadeiam ou entram, aceleram ou desaceleram, diferenciam ou aproximam países e regiões em suas características.

No entanto, deve-se ressaltar que mais do que um conceito para bem estruturado e que passa a ser utilizado nas discussões sobre o futuro dos Estados/ Países, o conceito de desenvolvimento deve sempre ser exposto como um processo de mudanças contínuas, intensamente complexo, que envolve transformações não somente de ordem econômica como transformações de ordem política e, fundamentalmente, de ordem humana e social. “Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade” (OLIVEIRA, 2002, p. 8).

Portanto, ao tratar-se de desenvolvimento como um processo complexo – como realmente é – e que envolve diretamente a qualidade de vida da sociedade, deve-se também lembrar que como base e fim de toda esta questão estão às pessoas. Apesar de os indivíduos não serem levados em consideração em algumas discussões sobre desenvolvimento econômico, as pessoas são os meios e os fins para o mesmo (OLIVEIRA, 2002).

São as pessoas as responsáveis pelo crescimento do meio em que vivem. Sen (2000) ressalta que mais do que dar início ao processo, estas necessitam de liberdade para vislumbrar o desenvolvimento, que em resumo, pode ser a qualidade de vida que cada indivíduo necessita. Esta liberdade pressupõe que as regiões possuam uma estrutura adequada que capacite e facilite o acesso do indivíduo aos meios que ele necessita para construir ou buscar a qualidade de vida/ liberdade para o desenvolvimento que deseja. Assim, a formação de uma região – estado – país somente é possível pelo envolvimento das pessoas e como tal; devem ser justamente elas o foco fundamental do desenvolvimento e das estratégias de desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional consiste em uma especificação do conceito de desenvolvimento, que busca dar destaque ao resultado das

políticas voltadas para esta questão em âmbito global e, confirmar a necessidade de colocar em forma de planejamento estratégias para um racional equilíbrio na utilização e dinamização de um território. Sendo assim, o desenvolvimento regional não deve ser visto como o resultado de uma construção teórica ou acadêmica do conceito de desenvolvimento. A questão do desenvolvimento regional deve ser tratada como uma necessidade atual; como uma forma de gerenciar da melhor maneira possível os fatores de desenvolvimento e adquirir maior participação dos diferentes atores do processo. Deve-se, também, buscar respostas e resultados para as adversidades advindas da economia global especialmente no que diz respeito à atenuação dos desequilíbrios espaciais (CDR, 2009).

Estes desequilíbrios espaciais, no entanto, somente poderão ser atenuados pelo processo que busca o desenvolvimento regional se houver características favoráveis para tal. Existem diversas discussões a respeito destas características favoráveis e como pode ser constituída uma melhor estruturação destas. O real desenvolvimento regional passa por transformações de ordem econômica, política, humana e social. Para uma real compreensão dos processos de desenvolvimento regional todas as características em torno destas transformações devem ser avaliadas.

O presente ensaio utiliza-se de um conceito mais amplo, pois não se faz necessário dissertar sobre cada uma das características do desenvolvimento regional e sim, explicitar estas como competências territoriais. Este conceito permite abordar as variáveis do processo de desenvolvimento regional em torno de apenas uma idéia que é a de demonstrar que são necessárias ao espaço onde se busca o desenvolvimento algumas competências territoriais; pois estas são a melhor maneira de iniciar um processo de êxito territorial.

De maneira geral, a expressão desenvolvimento territorial tem aparecido com mais frequência nas ciências humanas e sociais dando um indicativo, mesmo que recente, de que essas ciências vêm revalorizando essas abordagens e da necessidade de se consolidar os termos e ações que os envolvem. Existe uma lógica de recomposição de hierarquias espaciais que aponta como fundamental uma maior qualidade das relações entre os atores do desenvolvimento, de forma que o potencial humano – que muitas vezes é subestimado – possa ser aproveitado em prol dos chamados pólos regionais. Cada região possui um arsenal de competências que podem ser mais bem aproveitadas e para tal é essencial que os indivíduos envolvidos neste processo

possam relacionar-se buscando o desenvolvimento de suas competências nas competências territoriais (PIRES, 2007).

As competências territoriais perpassam a necessidade de que se compreendam as regiões/ países com suas particularidades, e como tais, não podem ser tratadas por “leis” generalistas de desenvolvimento, pois envolvem alguns fatores primordiais. De acordo com Veltz (*apud* DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004, p. 9) o êxito territorial resulta de competências, redes, projetos e instituições. Para que estas competências realmente estejam presentes se faz necessário que se verifiquem alguns fatores influenciadores, como:

- 1) a competência exige quadros coletivos de ação sólidos; 2) a competência desenvolve-se e valoriza-se através da constituição de redes internas e externas; 3) isto pressupõe uma visão, um projeto, ou seja, uma visão consensuada de futuro e, como resultante, 4) o desenvolvimento de territórios-regiões tem uma relação direta com a densidade e qualidade das interações entre atores, o que exige a presença de instituições sólidas e ativas (VELTZ *apud* DALLABRIDA, SIEDENBERG e FERNÁNDEZ, 2004, p. 9).

Assim, o desenvolvimento territorial ou desenvolvimento regional “pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região” (PIRES, 2007, p. 160). Este processo de desenvolvimento é o resultado de uma ação coletiva intencional, fundamentada no local, ou seja, associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, com o objetivo de melhorar os arranjos das práticas sociais (PIRES; MULLER; VERDI, 2006).

Desta forma, o desenvolvimento somente se dá com competências territoriais que apresentem um histórico de, por assim dizer, sucesso. Desenvolver competências territoriais faz parte de um processo de institucionalização de tudo o que for importante para o desenvolvimento de uma região/ território e somente ações coletivas fundamentadas nas ações individuais podem conceber esse processo. Considerando o amplo apanhado de competências territoriais que uma região possa apresentar, neste ensaio optou-se por discutir apenas

aqueles envolvidos no modelo teórico aqui proposto. Sendo assim, no tópico a seguir apresenta-se o percurso teórico realizado para a definição de Instituição, sendo este seguido do tópico de apresentação do modelo teórico onde constam então, como variáveis, as competências territoriais abordadas neste ensaio.

### **Teoria Institucional e o conceito de Instituição**

Ao falar de instituições e de seu papel no desenvolvimento regional se faz necessário, antes de tudo, explicitar o conceito sob o qual se compreende o fenômeno estudado. No caso deste ensaio, compreensão do conceito de instituição torna-se fundamental para a concepção da proposição teórica na qual os indivíduos devem ser considerados como os agentes transformadores do desenvolvimento regional e institucionalizadores das universidades, nas quais trabalham pelo progresso, pela mudança e pela qualificação a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão dentro de um contexto adequado as necessidades do local onde estão inseridos. Neste tópico são apresentados os diferentes conceitos que a teoria econômica institucional apresenta sobre o que são e como se constituem as instituições.

“A ciência econômica, não somente em seu conjunto geral de teorias e princípios, mas principalmente no que diz respeito a sua contribuição microeconômica, vem desempenhando papel crescente como fundamento do Pensamento Administrativo” (ZAWISLAK, 2004). No caso deste ensaio, o propósito de apresentar a teoria da Economia Institucional está justamente em mostrar sua aproximação com as ciências administrativas, justificando-se, dentro do contexto de referencial para o modelo aqui apresentado, como conceito de instituição mais bem adequado ao mesmo.

O propósito da economia das organizações não é nem muito matemático, nem altamente técnico. Na verdade, esta disciplina parece ter dois pontos em comum com outras formas de análise organizacional: o contínuo interesse nas organizações ou firmas e um interesse inabalável na relação entre competição e organizações (BARNEY e HESTERLY, 2004).

Posterior a essa revisão, realizou-se um fechamento demonstrando que a corrente teórica do velho institucionalismo da Economia Institucional apresenta o conceito que mais se aproxima da definição de instituição que a Sociologia traz e que condiz com a proposta do modelo teórico aqui delineado. Antes disso é fundamental deixar clara a diferença entre os conceitos de organização e instituição,

principalmente porque não são todas as organizações que atingem também o status de instituições e esta diferenciação torna-se relevante antes da apresentação do modelo.

As organizações surgem a partir de uma lógica de eficiência, trabalhando por um conjunto de objetivos. Essas organizações podem ser consideradas instrumentos racionais construídos para realizar uma tarefa. Por sua vez, as instituições incorporam valores, como uma resposta aos interesses dos ambientes em que residem. Estas instituições são menos significativas por seus atributos técnicos, tendo significância nos papéis que exercem na sociedade mais ampla; pois elas, simplesmente, refletem-se nas estruturas institucionais em que estão imersas (MEYER e ROWAN, 1977; SELZNICK, 1996; ASTLEY e VAN DE VEN, 2007).

As organizações não podem ser vistas como partes isoladas, mas sim dentro de um contexto no qual estão inseridas, principalmente porque possuem diversas estruturas que se aditam a esse contexto. Hage, citado por Donaldson (1998) postulou que organizações centralizadas e formalizadas obtêm alta eficiência, porém baixos índices de inovação, enquanto as organizações descentralizadas e menos formalizadas são menos eficientes, mas apresentam altos índices de inovação. Dessa forma, cada estrutura pode atingir o ótimo, dependendo do objetivo da organização: eficiência ou inovação. Além disso, existem as características do contexto, conforme citado anteriormente, que podem também alterar os resultados de uma organização para a excelência ou não.

Segundo Weber (2004), as organizações formais ou burocráticas apresentam três características principais que as distinguem dos grupos informais ou primários: formalidade, impessoalidade e profissionalismo. Por essas características as organizações formais são geralmente compreendidas como sistemas de atividades controladas e coordenadas que buscam promover a eficiência.

Estas atividades são instituídas a partir de produtos, serviços, técnicas, políticas e programas institucionalizados que funcionam como mitos organizacionais; e que são explorados como verdade de forma que passam a ser compartilhados por todos os indivíduos (MEYER e ROWAN, 1992), justamente porque uma instituição surge de um ambiente de regras e normas estruturadas na complexidade da formação das sociedades.

O crescimento de estruturas institucionais racionalizadas faz com que as instituições tornem-se mais elaboradas. As estruturas organizacionais são elaboradas e refinadas com a promoção dos mitos

institucionalizados em grandes contextos organizacionais onde a ação deve sustentar os mesmos (MEYER e ROWAN, 1992).

As instituições são fundamentais à compreensão das diferentes trajetórias de crescimento; no entanto não é possível discutir instituições sem que haja uma definição para tal, mesmo que essa seja complexa e muitas vezes ambígua (CONCEIÇÃO, 2002); principalmente porque existem diferentes correntes que abordam a questão institucionalista em diferentes áreas das ciências sociais aplicadas.

Em geral, o ideário conceitual e metodológico do pensamento institucionalista origina-se a partir da oposição aos fundamentos de equilíbrio, otimalidade e racionalidade substantiva. Qualquer abordagem analítica que se pretende institucionalista deve incluir *path dependency*<sup>2</sup>, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas (CONCEIÇÃO, 2002, p. 121).

A Economia Institucional vem sendo discutida historicamente sob o trabalho de diversos autores como Veblen (1987) e Commons (1931) – conhecidos na literatura como representantes do Velho Institucionalismo. Posteriormente, o trabalho de Commons (1931) e a crítica de Coase (1937) à teoria da firma neoclássica serviram de inspiração para Williamson (1985) e North (1991) – os fundadores da chamada Nova Economia Institucional (NEI). Mais recentemente, autores como Hodgson (2009), Samuels (1995) e Dugger (1988) resgataram para o debate os conceitos presentes no Velho Institucionalismo, agregando conceitos evolucionários, originando uma corrente denominada de “Neo-Institucionalismo”. Para uma melhor compreensão discutem-se primeiramente as diferentes abordagens da Economia Institucional fechando o tópico trazendo o velho institucionalismo e o institucionalismo sociológico como teorias que se complementam.

---

<sup>2</sup> No *path dependency* as organizações tendem a manter práticas tradicionais e espelhar o futuro pelo passado; ou seja, o passado importa para o que esta organização venha a ser no futuro.

## O “Velho” Institucionalismo da Teoria Econômica

O teórico mais proeminente do Velho Institucionalismo foi Thorstein Veblen que propôs a economia como uma ciência evolucionária, presumindo que o comportamento humano é dominado por hábitos de pensamento. Os estudos de Veblen (1987,1898) o levam a buscar as causas destes hábitos, que são parcialmente enraizados em alguns instintos e podem adaptar-se ao meio, de acordo com as necessidades. Neste caso, os instintos podem ser progressivos ou regressivos, os quais se encontrariam em conflito no mundo moderno (HODGSON, 1992).

De acordo com Veblen (1898), as instituições são construídas por hábitos de pensamento comum; consequências daquilo que as pessoas compartilham com a sociedade e se constituem em um processo evolutivo, principalmente na economia, onde passado influencia presente, bem como, influencia o futuro.

Veblen propôs uma formulação teórica do processo da vida econômica que pudesse substituir a teoria neoclássica. Nesse caso, o agente através de seu conhecimento, habilidades, hábitos de pensamento, se modifica durante o processo e também contribui individualmente para modificar o ambiente no qual atua (RUTHERFORD, 1998). Apesar de ter sido o primeiro a refletir sobre uma economia evolucionária, o autor, em 1987, desenvolveu o seu trabalho para formular uma teoria da classe ociosa. Já Commons (2004) deu maior ênfase para o conceito de instituição e sua importância na sociedade.

De acordo com Commons (2004), a dificuldade de definir o campo da economia institucional é justamente as divergências do significado de instituição. Há a necessidade de um maior empenho em encontrar uma circunstância universal, comum em todo comportamento conhecido como institucional, podendo-se definir então, uma instituição como uma ação coletiva que controla, libera e amplia a ação individual.

A ação coletiva abarca toda a gama que vai desde os costumes desorganizados a interesses em marcha como família, associação comercial, sindicato, estado, etc. O princípio comum a todos os elos é o maior ou menor controle, liberação, e ampliação da ação individual mediante a ação coletiva. Esse controle sobre os indivíduos sempre resulta em um ganho ou uma perda para outro indivíduo, pois o controle coletivo se torna um tabu ou uma proibição. Essa proibição se torna a liberdade para outra pessoa que se torna imune a essa restrição. Do princípio universal da ação coletiva – que controla, libera

e amplia a ação individual – surgem não somente os conceitos éticos de direitos e deveres e os conceitos econômicos, mas também os ativos e passivos dos indivíduos de grupos de interesses (COMMONS, 2004).

A Economia Institucional é comportamental e, portanto, busca analisar o comportamento dos indivíduos diante de escolhas. Essas escolhas são voluntárias ou involuntárias, impostas individualmente ou por princípios de ação coletiva. Para que a Economia Institucional seja evolutiva, é necessária, para sua compreensão, uma psicologia institucional. A economia institucional não se divorcia das escolas clássicas e psicológicas dos economistas, apenas transfere suas teorias ao futuro; quando os bens serão produzidos, consumidos ou trocados como resultado das transações correntes. É o controle legal das mercadorias e do trabalho, no futuro. Já a economia clássica e hedonista é o controle físico no presente. A Economia Institucional considera, portanto, constantes mudanças nos ambientes de trabalho em função da ação coletiva, que procura transformar o futuro, enquanto a teoria clássica considera o ambiente fixo e imutável (COMMONS, 2004).

### **Da “Velha” para a Nova Economia Institucional**

A Nova Economia Institucional (NEI) tem seus princípios baseados no trabalho de Commons (1931) e Coase (1937) que destacaram conceitos-chaves para a compreensão econômica: a racionalidade ilimitada, a existência de diferentes formas de concorrência e a transação como unidade principal de análise da teoria da firma.

A Nova Economia Institucional baseia-se em dois níveis analíticos: as instituições (NORTH, 1990), sob um ponto de vista macro-analítico, e as estruturas de governança e os custos de transação (WILLIAMSON, 1985; 1996) sob um ponto de vista micro-analítico.

Instituições apresentam diversas definições. Na NEI, North (1990), define instituições como “constrangimentos humanamente concebidos a partir de interações das estruturas políticas, econômicas e sociais.” Constrangimentos que assumem formas informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituição, leis e direitos de propriedade).

A Economia dos Custos de Transação (ECT) é a vertente microanalítica da NEI. A ECT está fundamentada nos trabalhos de Williamson (1975, 1985, 1996) e difere da teoria econômica neoclássica por dar especial atenção aos pressupostos comportamentais, racionalidade limitada (os indivíduos agem racionalmente, porém de

modo limitado) e oportunismo (auto-interesse obtido com malícia), por definir as transações como unidade básica de análise, por descrever a firma como uma estrutura de governança (construção organizacional), por tratar os direitos de propriedade e os contratos de forma problemática, por descrever alternativos modos de governança (mercado, formas híbridas e hierarquias) relacionando-os com os atributos das transações, e com o principal propósito de trabalhar com a economia das organizações a fim de economizar custos de transação.

Barney e Hesterly (1994) criticam a ECT, quando dizem que a mesma explica por que existem organizações, mas falha em explicar como e de que maneira os diversos atores concordam sobre as metas, e nesse sentido, apontam a Teoria da Agência como a parte da literatura econômica que busca compreender as causas e conseqüências, para as organizações, da discordância sobre metas. O principal foco da Teoria da Agência está nas atitudes de risco dos proprietários e dos agentes, sendo esta utilizada para analisar o controle das corporações (BARNEY e HESTERLY, 2004).

Fica claro a partir da exposição acima que o “Velho Institucionalismo” e a NEI divergem em conceitos, principalmente em sua base e no que diz respeito à definição de instituição. Enquanto a NEI aproxima seu conceito de instituição a Teoria dos Jogos, o Velho Institucionalismo define as instituições a partir de um contexto de evolução cultural, de contextualização onde as instituições fazem parte do desenvolvimento da sociedade. Nelson (1995) e Conceição (2002) corroboram essas afirmativas quando apresentam esse contraponto das teorias institucionalistas da economia e complementam demonstrando que o Velho Institucionalismo converge com os conceitos utilizados na sociologia e nas ciências sociais de forma mais ampla.

### **O conceito de instituição utilizado na convergência das teorias**

As organizações institucionalizadas tendem a absorver do ambiente que as cerca hábitos e características, construindo uma trajetória em torno de regras e normas também existentes neste meio. O conceito de instituição construído no Velho Institucionalismo, mais especificamente em Commons (1931), aproxima-se do conceito que é tratado nas ciências administrativas e por isso familiariza-se com o entendimento do que venha a ser uma instituição na argumentação aqui apresentada.

O conceito da ação coletiva apontado por Commons (1931) corrobora com o conceito da perspectiva sociológica sobre as instituições. Esta teoria diz que a expansão da ação individual na ação

coletiva de forma a constituir as instituições só se dá a partir de crenças comuns a respeito do que virá a ser ou não uma instituição. As crenças são racionais no sentido em que identificam propósitos sociais específicos e então os descrevem na forma de regras, e de quais atividades podem ser efetivadas (ou que tipo de atores podem ser empregado) para alcançá-las. No entanto, estas crenças são mitos no sentido de que dependem para a sua eficácia, para a sua veracidade, do fato de serem amplamente compartilhadas, ou de serem promulgadas por indivíduos ou grupos que têm reconhecido o direito de determinar tais questões. A elaboração dessas regras providencia o clima normativo dentro do qual se espera que as organizações formais floresçam (SCOTT, 1994).

Neste mesmo sentido pode-se associar ao conceito de instituição o conceito da legitimação de Weber (2004), onde a legitimação não se origina de quem tenta impor um padrão e idéia, mas sim de quem a assume por verdade e desenvolve vínculo, pois no ambiente institucional, apesar de darem-se diferentes ênfases referentes às bases de legitimação organizacional, a legitimidade vem do grau de apoio cultural que sustenta formas organizacionais próprias com variações de conteúdo. A legitimação, de acordo com Weber (2004), pode acontecer por três diferentes bases: pode ser legalmente sancionada, moralmente governada e culturalmente sustentada, sendo conceitualmente correta. A legitimação culturalmente sustentada é o principal ponto de convergência do conceito de instituição de Commons e da teoria de Weber.

Evidencia-se que existe nesse contexto uma influência das construções culturais de cada sociedade através das crenças e dos mitos racionalizados e a legitimação daquilo que passa a ser verdade e determinante para a construção destas sociedades. Todos estes fatores geram sempre, a partir de uma ação individual, uma ação coletiva que legitima a constituição das instituições. Assim, corroborando com as considerações de Hodgson (2004), as instituições são sistemas de regras sociais (enraizadas em hábitos compartilhados de pensamento e comportamento); no entanto não simplesmente regras, mas sim construções sociais que influenciam o que as sociedades foram, são e virão a ser.

Cabe destacar que no Brasil, a Teoria Institucional já é trabalhada há algumas décadas tanto na economia, quanto na sociologia; onde as vertentes de pesquisa variam de trabalhos sobre organizações, redes organizacionais, campos organizacionais e poder; sendo utilizada como veículo para o entendimento de fenômenos

sociais passíveis de institucionalização (CALDAS e FACHIN, 2007). Especificamente neste estudo sua relação se dá com o contexto do desenvolvimento regional e a participação das Instituições de Ensino Superior; através da inserção de indivíduos qualificados para o desenvolvimento do mercado de trabalho.

No tópico a seguir desenvolvem-se os pressupostos das teorias já apresentadas dando sequência ao ensaio a partir do modelo teórico, desenvolvido de inserção desenvolvimentista e estruturante das universidades nas economias regionais à luz da compreensão do papel central das pessoas.

### **Universidades como Instituições formadoras dos agentes transformadores do Desenvolvimento Regional**

A universidade brasileira teve sua origem na universidade portuguesa, mais precisamente quando o Colégio Superior de Évora foi equiparado à Universidade de Lisboa por determinação do rei, e este modelo passou a ser utilizado em outros países como padrão de estruturação para as universidades (BARICHELLO, 2001). Deste período até a atualidade as mudanças pelas quais as instituições de ensino superior passaram transformaram muito o cenário da educação do país (SGUISSARDI, 2000; LUCAS e LEHER, 2001).

O Estatuto das Universidades admitia duas formas de organização do ensino superior: a universidade e o instituto isolado. Ambas poderiam ser oficiais ou “livres”, estando à primeira categoria relacionada àquelas mantidas pelo governo federal ou estadual e a segunda àquelas mantidas por fundações ou associações particulares. (BARICHELLO, 2001, p. 51)

Atualmente as universidades brasileiras continuam a manter essa caracterização relacionada à forma de administração das mesmas, sendo parte pública e parte privada. O que acontece é que essa questão tornou-se ponto de forte conflito. As universidades de administração privada crescem cada vez mais, sem necessariamente crescerem em qualidade, enquanto as de administração pública dependem de novos investimentos dos governos, investimentos que não vinham ocorrendo com tanta ênfase como no atual governo. Essa falta de investimentos gerou por um tempo defasagem de estrutura e a até mesmo no

rendimento da qualidade de ensino, além de não possibilitar o aumento do número de vagas nas mesmas, fator este que contribui para que o número de brasileiros em universidades continue restrito a menos de 10% da população nacional. Foi o aumento da demanda por mais universidades públicas e as crescentes demandas das universidades por mais servidores que fez com que o Governo Federal criasse como incentivo o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI para expansão das universidades federais, bem como políticas para a criação de novas universidades (MEC, 2009).

Justamente o surgimento de diversas demandas e pressões, sejam estas internas ou externas, afetaram a universidade na atualidade. Isso questiona de certa forma sua legitimidade e pode levar a reflexão sobre seus papéis e práticas de relação com a sociedade. A crescente percepção de quão complexos e interdependentes são os fenômenos, sejam eles de natureza econômica, social ou ambiental, exige maior grau de articulação entre diferentes saberes, tanto no interior da academia, quanto entre saberes científicos, bem como outros tantos saberes presentes na sociedade (SCHOMMER, 2006).

Guerra e Barbosa (2006), consideram que a missão das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES é colocar produtos, serviços e contribuições sociais (formação de recursos humanos, desenvolvimento científico-tecnológico e tudo que contribui para desenvolver os aspectos socioeconômico-culturais da sociedade) à disposição da comunidade e do governo, satisfazendo suas necessidades. Neste caso, o maior problema se encontra no fato de que apesar do constante aumento do número de universidades, estas têm se constituído sob o mesmo modelo estrutural de décadas atrás; as instituições de ensino trabalham com estruturas hierárquicas rígidas e burocráticas. Este modelo gera dificuldades para as universidades que foram criadas nos últimos anos, como um incentivo do governo para regiões pouco desenvolvidas.

Como forma de trabalhar o desenvolvimento de regiões de economia deprimida, o Governo Federal estabeleceu um programa de Desenvolvimento Regional, no qual prevê, entre outras medidas, a instalação de Universidades Federais com elemento dinamizador destas economias (MEC, 2009). O que o Governo não prevê é que estas universidades, ao instalarem-se nestas regiões, precisam integrar-se ao meio e participar do desenvolvimento regional. Essa participação deve se dar a partir da intervenção dos indivíduos que são e serão

capacitados neste processo com as competências necessárias ao êxito territorial.

O desenvolvimento de um país, estado ou região perpassa questões como estrutura econômica, assistência à saúde e acesso a educação de qualidade em todos os níveis. A estruturação e consolidação de políticas em torno destas questões permeiam desde a história de formação do país, bem como as características culturais da população que ali vive. Nesse ambiente de constantes transformações, a educação destaca-se como fator primordial para a construção de uma cidadania mais justa e igualitária.

Neste contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm papel fundamental no desenvolvimento dos países e regiões. São as IES as instituições que surgem como uma das fontes de suporte à construção de regiões e países desenvolvidos. As Instituições de Ensino Superior tendem a constituir-se com determinadas características muito particulares do ambiente em que estão inseridas, apresentando estrutura, objetivo, e inserção comunitária distinta.

As discussões acerca de como os países/regiões devem e vem trabalhando seu desenvolvimento decorre de argumentos que buscam explicar essa questão além da necessidade de desenvolvimento econômico. Este fato gerou um processo de reavaliação do papel das IES nas regiões em que estão inseridas, afinal das IES parte a construção do conhecimento e muitas das propostas de melhoria para as regiões através do envolvimento da tríade ensino-pesquisa-extensão. O conhecimento de base - ou aprendizagem econômica - fator imprescindível ao desenvolvimento, exige um número maior de pessoas graduadas e uma orientação do emprego em ensinar; e para tal, é fundamental o fortalecimento das Instituições de Ensino Superior e da melhor compreensão destas sobre as funções que pode desempenhar (OECD, 2007).

No caso das organizações educacionais - institucionalizadas - estas acabam por refletir internamente as "regras" que o ambiente institui sobre educação. São estas, formadas pela ação coletiva que atribuí sobre elas significados "enraizados" pelos mitos e crenças de sua importância, função-fim em termos de construção de uma sociedade com indivíduos mais capazes e preparados. Fica como dado o papel das instituições educacionais em desenvolver estratégias voltadas a construir internamente propósitos que contribuam para o seu desenvolvimento e do meio que a cerca (MEYER, SCOTT e DEAL, 1992).

Cabe então às próprias universidades reconhecer que o ensino superior pode desempenhar um papel-chave, tanto no desenvolvimento local e regional quanto na esfera internacional. Se as IES querem fazer mais pelo desenvolvimento regional, devem buscar mais do que simplesmente educar; deve engajar-se na busca pelo desenvolvimento; fortalecendo os três pilares que a identificam como fonte geradora de desenvolvimento: a tríade ensino-pesquisa-extensão (OCDE, 2007).

Sendo assim, para que a universidade cumpra com o seu papel, faz-se necessária a busca pela realização do seu desenvolvimento, por meio de sua missão, do fazer institucional através das pessoas atuantes, ou seja, seu corpo de funcionários docente e técnico administrativo, acadêmicos; juntamente com empresas locais, órgãos de fomento, governo, fundações, dentre outros.

As instituições educacionais foram e são criadas nas sociedades, como um “braço” para o desenvolvimento regional. São elas as responsáveis por “devolver” há sociedade indivíduos aptos a utilizarem os conhecimentos adquiridos em prol de um desenvolvimento que vai muito além do individual. “A universidade... é a instituição que melhor pode, democraticamente, promover a produção e disseminação do conhecimento e assumir, no mais alto nível, um papel crítico na sociedade” (SCHUCH Jr., 1995, pg. 151). A universidade pode auxiliar processos de reorganização de uma região de economia deprimida; ou mesmo manter economias já mais bem estruturadas que as cercam.

Quando uma nova universidade instala-se em uma região, passa a ser considerada elemento para o desenvolvimento deste território. A interação da universidade com a região onde ela está instalada proporciona certo nível de desenvolvimento econômico. Neste contexto a universidade tem papel preponderante de atender as necessidades de formação dos indivíduos presentes no território onde está inserida como forma de gerar a qualificação necessária ao crescimento.

A expansão da ação individual na ação coletiva de forma a constituir as instituições só se dá a partir de crenças comuns a respeito do que virá a ser ou não uma instituição. As crenças são racionais no sentido em que identificam propósitos sociais específicos e então os descrevem na forma de regras, quais atividades podem ser efetivadas (ou que tipo de atores podem ser empregado) para alcançá-la. No entanto, estas crenças são mitos no sentido de que dependem para a sua eficácia, para a sua veracidade, do fato de serem amplamente compartilhadas, ou de serem promulgadas por indivíduos ou grupos que têm reconhecido o direito de determinar tais questões. A

elaboração dessas regras providencia o clima normativo dentro do qual se espera que as organizações formais floresçam (COMMONS, 1931; SCOTT, 1994; WEBER, 2004).

“Se as organizações são as unidades sociais dominantes na contemporaneidade, é imprescindível entendê-las como eixos de articulação entre diferentes instâncias e capazes de realizarem transformações sociais, ao tempo em que também se transformam” (GOULART, VIEIRA e CARVALHO, 2005, P. 11). É preciso visualizar que muitas organizações por seu papel na sociedade em que estão inseridas, tornam-se institucionalizadas e passam a desempenhar funções importantes no contexto do desenvolvimento. A teoria institucional, explica melhor essa função “instituição” das organizações - a partir dos trabalhos de diferentes autores (COMMONS, 1931; MEYER e ROWAN, 1992; SCOTT, 1992; SELZNICK, 1996) no momento em que indica que as organizações podem inserir-se na localidade onde foram concebidas por diferentes graus e formas; articulando assim os resultados dessa inserção de acordo com a possibilidade de entrar nesse meio. Sendo assim, as IES constituem-se como organizações capazes de articular mudanças importantes na composição da sociedade que a cerca (GOULART, VIEIRA e CARVALHO, 2005) sendo capazes de modificar propósitos de desenvolvimento em prol da estruturação das regiões.

De acordo com Selznick (1996), a institucionalização parte de um processo de construção de uma relação da organização com o ambiente em que esta se insere, a partir das características construídas pelas pessoas inseridas nesta organização e em seu meio, construindo sua história e o desenvolvimento do ambiente à sua volta.

Sendo uma Instituição de Ensino Superior direcionada para apoiar os esforços no sentido de ampliar o escopo de base para o desenvolvimento regional, estas devem buscar mais do que simplesmente educar; devem engajar-se na geração e no acúmulo de conhecimento para fortalecer os setores produtivos, garantindo a absorção de mão-de-obra e a consolidação de uma matriz produtiva regional. Reconhecer que o ensino superior pode desempenhar um papel-chave no desenvolvimento econômico é um dos mais fundamentais e subjacentes fatores de estratégias de desenvolvimento, tanto a nível internacional como nos níveis nacional e regional (OECD, 2007).

Para que esse papel-chave apareça melhor e realmente seja desempenhado, as Instituições de Ensino Superior precisam ter como objetivo principal a inserção da tríade ensino – pesquisa – extensão a

partir da atuação das pessoas como forma de orientar essa tríade dentro das competências territoriais da região onde estão inseridas e não a partir do modelo pré-estabelecido de consolidação das universidades. Neste caso é fundamental que o objetivo principal seja mesmo o desenvolvimento regional.

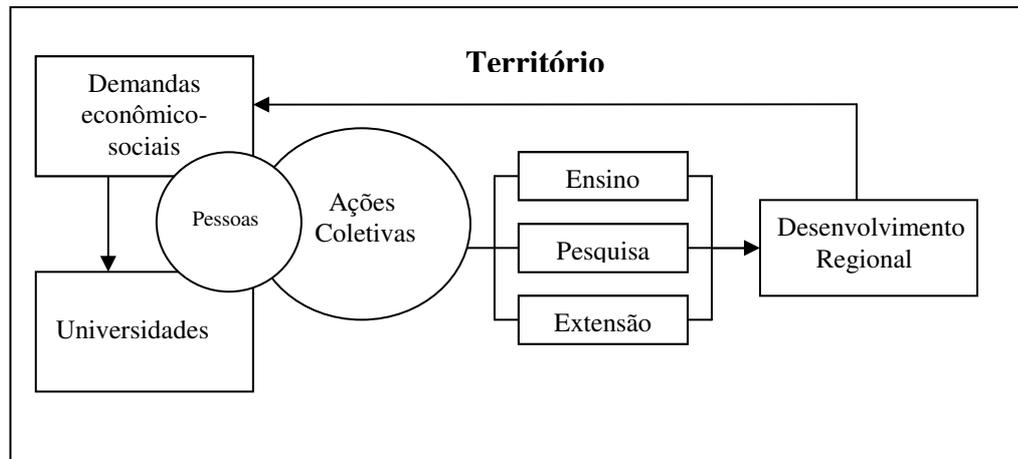
Retomando algumas considerações sobre competências territoriais, pode-se concluir que para o êxito territorial, ou seja, o pleno desenvolvimento da região é fundamental que se trabalhe questões como: quadros coletivos de ação sólidos; constituição de redes internas e externas; visão consensuada de futuro e, como resultante, densidade e qualidade das interações entre atores através de instituições sólidas e ativas.

Nesse sentido este ensaio tem como propósito apresentar um modelo teórico para o êxito territorial com base na proposição de três vetores principais, conforme apresentado no tópico a seguir. Estes se originam na discussão das competências territoriais fundamentados na consolidação da tríade ensino-pesquisa-extensão.

### **A tríade ensino – pesquisa – extensão e os vetores para o desenvolvimento regional**

Os vetores para o desenvolvimento regional estão vinculados às Instituições de Ensino Superior, sendo estes: o vetor qualificação, que somente se dá a partir de um ensino de qualidade; o vetor progresso que somente será constituído com direcionamento forte para a pesquisa e o vetor mudança que se dá com projetos de extensão bem direcionados para o conjunto de necessidades da região e da universidade. O modelo sugere ainda que justamente por termos, no país e no mundo, regiões heterogêneas, tanto em termos de composição como em termos de desenvolvimento, as necessidades com relação à qualificação; progresso ou mudança tende a variar, e esse modelo somente pode se apresentar como um ciclo que se mantém em constante desenvolvimento e onde as necessidades das regiões vão determinar qual terá maior ênfase inicial. O esquema gráfico do modelo pode ser visualizado na figura 2.

**Figura 2:** Modelo teórico – Inserção da tríade ensino-pesquisa-extensão no desenvolvimento regional



Neste modelo a força estruturante das competências para o êxito territorial se dá a partir do indivíduo. Conforme discutido anteriormente, as universidades tornam-se instituições pela ação individual na ação coletiva que as legitimam como fonte apta a auxiliar no desenvolvimento de uma região. Essa ação individual é o ponto fundamental. Os três vetores – qualificação, progresso e mudança – somente se desenvolvem com indivíduos que trabalhem por eles.

As demandas econômico-sociais de um determinado território devem ser diagnosticadas pela universidade. A partir dos indivíduos pertencentes à IFES e a sociedade se definem ações coletivas que irão nortear a tríade ensino-pesquisa-extensão, e suas prioridades para atingir o desenvolvimento regional. Os resultados obtidos com as ações coletivas, e conseqüentemente, com a qualificação, progresso e mudança gerarão um novo cenário territorial, onde emergirão novas demandas a serem diagnosticadas, as quais necessitarão de diferentes ações da tríade, formando um fluxo contínuo de demandas-ações-desenvolvimento. Neste contexto, as pessoas/indivíduos dos territórios tornam-se agentes ativos transformadores, independentemente de um padrão global de universidades e desenvolvimento.

O vetor qualificação está diretamente relacionado à utilização das competências dos indivíduos aptos a fornecer esta aos indivíduos que a buscam. Além disso, há uma tendência ao desenvolvimento

quanto maior for o número de pessoas qualificadas a melhorar o mercado de trabalho.

Considera-se primordial um mercado de trabalho formado por indivíduos competentes e habilitados para as funções que desempenham. Essa necessidade destaca-se cada vez mais nas pesquisas na área de gestão de pessoas. Estas pesquisas misturam-se, em muitos casos, pelos conceitos qualificação/competências. Porém, fica evidente que existe uma intensificação do argumento de que deve haver uma extensão do período de formação das pessoas; para que estas busquem maior qualificação. Essas afirmativas são sustentadas por argumentos de maior chance de inserção no mercado de trabalho (DUBAR, 1998; MANFREDI, 1999).

No entanto, não há um consenso nestas pesquisas sobre como tratar a questão da qualificação. Existe uma importante discussão sobre a substituição do termo qualificação – com essa conceituação – pelo termo competência, pela questão de tratar qualificação como as qualidades/habilidades do trabalhador; porém o termo qualificação parece mais adequado ao contexto aqui apresentado. Em 1974, com a Teoria do Capital Humano, Schultz argumentou o quanto deve ser considerado importante o progresso do conhecimento e a instrução das pessoas como fator fundamental para a formação dos recursos humanos (DUBAR, 1998; MANFREDI, 1999; LARANJEIRA, 2006).

A partir da concepção de qualificação, como necessária ao desenvolvimento fundamentado em uma forte formação de recursos humano, surgiram diversas políticas educacionais que incentivavam a formação de sistemas de educação profissional, os quais se vinculavam as demandas e necessidades dos setores mais organizados do capital e de suas necessidades. A história da formação dos sistemas de educação profissional no Brasil enquadra-se dentro da lógica da qualificação entendida como formação de recursos humanos para sustentar as necessidades do mercado de trabalho (MANFREDI, 1999).

As universidades, neste contexto, podem ser vistas como fonte geradora de qualificação para o desenvolvimento do mercado de trabalho. A necessidade de qualificação destacada pelas pesquisas em gestão de pessoas volta-se para um objetivo mais amplo, que se dá na forma como maior número de pessoas qualificadas é capaz de transformar-se em competência territorial e conseqüentemente em êxito territorial.

Já o vetor progresso vem do desenvolvimento da pesquisa dentro das universidades. Atualmente, as universidades passam por um processo de exigência constante pelo desenvolvimento de pesquisa

e os órgãos de fomento apenas reconhecem aquelas que conseguem habilitar-se com grupos e projetos estabelecidos. Assim, as universidades empenham-se em cumprir todos os pré-requisitos e incentivam docentes, técnicos e acadêmicos a trabalhar em prol de pesquisas de qualidade e aumento do número de publicações. Essas pesquisas consolidam-se com a busca de problemáticas oriundas da realidade que cerca os pesquisadores, sendo assim, devem dar respostas a essas problemáticas oferecendo alternativas de progresso, como por exemplo, a identificação de melhorias em nível de tecnologias que permitiriam aumento de produção em um determinado setor.

O erro muitas vezes está em não perceber que estas mesmas pesquisas podem oferecer progresso a região onde estão instaladas se os indivíduos envolvidos voltarem seu olhar de pesquisador especificamente para esta região. A partir desta visão ampliada para as necessidades locais, as IFES poderão beneficiar-se com focos de pesquisa e auxiliar na construção de um ambiente de evolução através dos resultados e da proposição de novos focos de investigação científica. O progresso vem de uma construção que perpassa verificar na região problemas de pesquisa pontuais; mas sim de encontrar respostas a estes problemas e ser capaz de com isso, sugerir soluções que permitam melhorias naquelas questões e transformem as regiões deprimidas em regiões em desenvolvimento.

A questão do progresso tem vínculo com o vetor da mudança, pois os resultados de uma pesquisa podem (e deveriam em uma situação de completa integração da tríade) gerar ações de um projeto de extensão e vice-versa. Se considerarmos a máxima de que progresso se dá também com mudança, em algumas regiões o processo de mudança direcionado pelos projetos de extensão deveria ocorrer antes das tratativas com relação ao progresso, oriundas da pesquisa, ou pelo menos, concomitantemente, visto que, os projetos de pesquisa, conforme já mencionado, tendem a oferecer em suas conclusões respostas aos problemas identificados no meio de inserção das mesmas.

A questão do papel extensionista das Universidades e da importância de uma construção forte de projetos assim é debatida no que diz respeito a exigências feitas às universidades (MEC, 2009). No entanto é pouco relacionada, como feito neste modelo, ao fato de que os projetos de extensão das universidades podem influenciar positiva e quantitativamente mudanças nas regiões onde as universidades estão inseridas.

As universidades falam em extensão e ao mesmo tempo constataam a dificuldade de inserir estes projetos em suas pautas diárias de trabalho. É preciso uma melhor compreensão a respeito do que venha a ser fazer extensão na universidade, de como as pessoas, parte das IES, podem se inserir na sociedade com projetos que provoquem mudanças em auxílio ao desenvolvimento regional. Cria-se como objetivo tratar as competências das pessoas das IES como um benefício se utilizadas em projetos de extensão bem elaborados e que envolvam todos os indivíduos desse contexto.

Cabe aqui, dar mais uma vez destaque ao fato de que a força estruturante das competências para o êxito territorial se dá a partir do indivíduo neste modelo. São as pessoas, sejam elas integrantes do meio institucional das universidades ou não, mas inseridas na região da qual essas instituições fazem parte, o meio pelo qual os vetores (qualificação, progresso e mudança) podem ocasionar o êxito territorial. No tópico a seguir são apresentadas algumas considerações finais, principalmente no que se refere à forma como este ensaio refletirá na tese de doutoramento da autora.

### **Considerações finais**

A proposta deste ensaio foi apresentar um modelo teórico que explique de que modo as Instituições de Ensino Superior, a partir dos agentes que as constroem - as pessoas - contribuem para o desenvolvimento regional. Partindo das discussões acerca das competências territoriais e de quanto podem as instituições inseridas em determinados contextos contribuir para o êxito territorial foi concebido um modelo fundamentado na tríade ensino - pesquisa - extensão.

Este modelo sustenta que a partir desta tríade, três vetores aparecem como as competências territoriais fundamentais do modelo: qualificação, progresso e mudança. Esses vetores sustentam-se no papel que as pessoas têm de torná-los competências formais para o êxito, garantindo o papel das IES de contribuir para o desenvolvimento regional. Cabe destacar que estes vetores não são as únicas competências territoriais que uma região pode desenvolver, no entanto, são fundamentais na relação aqui construída.

O modelo construído pela autora neste ensaio poderá servir de orientação para os futuros encaminhamentos de pesquisa da mesma, bem como de outros pesquisadores envolvidos com a temática, considerando que são necessários ainda, aprofundamentos no que se refere à melhor forma de executar esta proposta.

## Referências

ASTLEY, W. G. e VAN DE VEN, A. H. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. In: CALDAS, M. P. e BERTERO, C. O. (org.) **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas (RAE Clássicos), 2007.

BARNEY, Jay B.; HESTERLY, W. Economia das organizações: entendendo a relação entre organizações e a análise econômica. In: Nota técnica In: CLEGG, S.; HARDY, C; NORD, D. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004. V.3, p.131-179

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Editora UFRGS. 2002.

BARICHELO, E. M. da R. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria: Editora Pallotti, 2001.

CALDAS, M. P. e FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P. e BERTERO, C. O. (org.) **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas (RAE Clássicos), 2007.

COASE, R. H. The nature of the firm. *Economica*, v.4, 16, p.386-405, 1937.

COMMONS, J. R. Institucional Economics. *American Economic Review*, vol 21, p. 648-657, 1931.

\_\_\_\_\_. **Labor and Administration**. Batoche Books: Kitchener, 2004.

CDR – Agência de Desenvolvimento Regional de Setúbal. **Conceito de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<http://www.cdr.pt/Desenvolvimento%20Regional.htm>> Acesso em: 01/07/2009.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O Conceito de Instituição nas Modernas Abordagens Institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**. V.6, n.2 2002.

DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBER, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R., A Dinâmica Territorial do Desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, II, 2004, Santa Cruz do Sul – RS. **Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul – RS, 2004.

DUBAR, C. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educ. Soc.** v.19 n.64 Campinas set. 1998.

DUGGER, W. Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review fo Radical Political Economics** v. 20, n. 1, p. 1-20

GOULART, S., VIEIRA, M. M. F. e CARVALHO, C. A. **Universidades e Desenvolvimento Local: Uma abordagem institucional.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.

GUERRA, H. N. M. e BARBOSA, F. V. As universidades federais em Minas Gerais: indicadores de desempenho e propostas de aprimoramento. XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD. **Anais do EnANPAD**, 2006.

GRANOVETTER, M. Economic institutions as social constructions: a framework for analysis. **Acta Sociologica**, n.35, p.3-11, 1992.

HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.

\_\_\_\_\_ What are institutions? From orders to organizations. Disponível em: < [www.geoffrey-hodgson.ws](http://www.geoffrey-hodgson.ws) > Acesso em: 20/03/2009.

HORN, C. H. Mercado de trabalho in: CATTANI, A. D. e HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

IMHE/OECD (França) (Org.). **Higher Education and Regions: Globally competitive, locally engaged.** Paris: Oecd, 2007. 242 p.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1982.

KHUN, T. **A estrutura das revoluções científicas** São Paulo: Perspectiva, 1982.

LARANJEIRA, S. G. Qualificação in: CATTANI, A. D. e HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

LUCAS, L. C. G. e LEHER, R. Aonde vai a educação pública brasileira? **Educação e Sociedade** n. 77, 2001.

MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. **Educ. Soc.** vol. 19 n. 64 Campinas Sep. 1999.

MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas: para que servem os padrões? In: GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1982.

MARX, K. **El Capital**. Cap. III, 412-438. Cap. XIII – La cooperación, pg. 341-354. Cap. XIV, p. 335-388. Madrid, España: EDAF Ediciones, 1970.

MEYER, J. W. SCOTT, W. R. e DEAL, T. E. Institutional and Technical Sources of Organizational Structure: Explaining the Structure of Educational Organizations. In: MEYER, J. W. e SCOTT, W. R. **Organizational Environments: ritual and rationality**. SAGE Publications, 1992.

\_\_\_\_\_ e ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. In: MEYER, J. W. e SCOTT, W. R. **Organizational Environments: ritual and rationality**. SAGE Publications, 1992.

**Ministério da Educação – MEC** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/index.php> > Acesso em: Julho de 2009.

NELSON, R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, v.33, p. 48 - 90, 1995.

\_\_\_\_\_ **As fontes de crescimento econômico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

OLIVEIRA, S. R. **Mercado de Trabalho: múltiplos (des)entendimentos**. Anais... XXXI Encontro da ANPAD – ENANPAD 2007, Rio de Janeiro - RJ.

OLIVEIRA, G. B. de Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, 2002.

PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia** – Associação de Geografia Teórica, Rio Claro-SP, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006

PIRES, E. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. **INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, N. 2, p. 155-163, Set. 2007.

**Plano Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Disponível em: <

<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pdne.asp> > Acesso em: Julho de 2009.

ROBINSON, J. **Ensaio sobre a Teoria do Crescimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RUTHERFORD, M. Veblen's evolutionary Programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**. v. 22, p. 463-477, 1998.

SALES, S. D. **Motivação como ferramenta de gestão para as Universidades Federais Brasileiras**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Administração: UFSC. Florianópolis, 2005

SAMUELS, W. J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics** v. 19, p. 569-590

SCHUCH Jr., V. F. **A Estrutura da Universidade em questão: o caso da UFSM**. Tese de doutorado. Convênio UFSM/UNICAMP, 1995.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1982.

SCOTT, R. W. Institutions and Organizations: toward a theoretical synthesis. In: SCOTT, W. R. et al. **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism**. London: Sage, 1994. p.55-80

\_\_\_\_\_ Institutions analysis: variance and process theory approach. In: SCOTT, W. R. et al. **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism**. London: Sage, 1994. p.81-99

SELZNICK, P. Institutionalism "old" and "new". **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 270-277, 1996.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRANO, F. Equilíbrio neoclássico de Mercado de Fatores: um ponto de vista sraffiano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.22, n.1, p. 7-34, 2001.

SCHOMMER, P. C. Articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade: potencialidades, limites e desafios. XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração – EnANPAD. **Anais do EnANPAD**, 2006.

SGUISSARDI, V. (organizador). **Educação superior: velhos e novos desafios**. - São Paulo: Xamã, 2000.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEBLER, T. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, 403-414, 1998 (reprodução do original de 1898).

\_\_\_\_\_ **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 2004. Vol. I (Capítulo I e p.139-160)

WILLIAMSON, O. E. Economics and organization: a primer. *Califórnia Management Review*, v.38, n.2, p.131-146, 1996.

\_\_\_\_\_ **The mechanisms of governance**. Oxford University Press, New York, Oxford, 1996. 429 p.

ZAWISLAK, P. In: Nota técnica In: CLEGG, S.; HARDY, C; NORD, D. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2004. V.3, p.180-185.